



TERMO DE REFERÊNCIA 023/2022

Projeto “Gestão Ambiental e Territorial Integrada de Terras Indígenas na Amazônia Oriental”

1_Vaga:

Contratação de serviço especializado (pessoa jurídica) para realização de curso de formação, com duração de 4 meses, em modalidade híbrida – presencial e virtual – para 50 comunicadores indígenas atuantes junto às organizações Wyty Catë das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão – COAPIMA e Articulação das Mulheres Indígenas do Maranhão - AMIMA, enquanto parte da agenda de fortalecimento político e institucional das associações indígenas.

2 _Contextualização da Instituição e do projeto

O Centro de Trabalho Indigenista (CTI), fundado em 1979, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por profissionais comprometidos com o presente e o futuro dos povos indígenas. Tem como finalidade contribuir para a autodeterminação dos povos indígenas, colaborando para que os mesmos exerçam o controle territorial e a gestão ambiental de seus territórios, além de apoiar sua afirmação étnica e cultural.

O CTI atua em Terras Indígenas inseridas nos Biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica e possui três grandes linhas de ação:

- Apoio às ações de gestão territorial e ambiental
- Apoio ao fortalecimento institucional das associações indígenas
- Ações de formação e fortalecimento cultural

3_ O Projeto “Gestão Ambiental e Territorial Integrada de Terras Indígenas na Amazônia Oriental”

A Amazônia Oriental exemplifica as sérias ameaças e impactos à biodiversidade e serviços ambientais que vêm afetando a borda sul da Região Amazônica. Embora as terras indígenas e as unidades de conservação de proteção integral atuem como barreiras ao avanço do desmatamento, seu status legal de áreas protegidas não as isenta da constante pressão de madeireiros, carvoeiros, fazendeiros e outros negócios



associados ao avanço de fronteiras agrícolas. Essas pressões são exacerbadas pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico como estradas, usinas hidrelétricas, ferrovias e outras obras de infraestrutura.

Nessa região encontram-se as maiores áreas de transição entre o Bioma Cerrado e a Amazônia. O Cerrado, além de ser a savana mais biodiversa do planeta, é onde nascem os rios das principais bacias hidrográficas do continente. Apesar desta importância, este complexo territorial é marcado pelo avanço do agronegócio e empreendimentos como plantios de eucalipto, pecuária e mineração, e pela implantação de grandes obras de infraestrutura.

O objetivo geral do projeto é contribuir para a conservação da Amazônia Oriental, no estado do Maranhão e norte do Tocantins, por meio da gestão territorial e ambiental integrada de 10 terras indígenas, habitadas por cerca de 19.000 indígenas e somando mais de 2 milhões de hectares. Com a capacitação dos povos indígenas e sua instrumentalização com ferramentas de gestão, pretende-se melhorar a governança e proteção dessas terras indígenas, assegurando sua contribuição para a conservação da biodiversidade e manutenção de serviços ecossistêmicos.

O projeto também atua na lógica de paisagens mais amplas, como mosaicos e corredores ecológicos, por meio da articulação com gestores das unidades de conservação. Como parte dessa estratégia, contribui para o fortalecimento de organizações indígenas regionais, aumentando sua capacidade tanto para advogar pelos direitos indígenas como realizar articulações com novos parceiros interessados na conservação da biodiversidade e proteção dos serviços ambientais.

O projeto contribui à implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, usando os instrumentos e ferramentas reconhecidos pela Política, tais como os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), Etnomapeamentos e Etnozoneamentos. Nisto, o projeto traz como principal aspecto inovador a meta de trabalhar esses instrumentos em nível de complexo cultural/territorial e na perspectiva de integração com outras áreas protegidas, tais como unidades de conservação.

O CTI, líder do projeto, atua com povos indígenas em várias regiões do Brasil e vem trabalhando com os povos Timbira do Maranhão e Tocantins há quase 40 anos. Em 1994, apoiou a criação da Associação Wyty Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins, com a qual mantém relação de parceira e assessoria. Antropólogos do CTI participaram diretamente dos processos de demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, da criação do PARNA Chapada das Mesas e vêm desenvolvendo projetos de gestão ambiental e etnodesenvolvimento junto aos Timbira, tal como o PGTA Timbira. O CTI trabalha também com processos formativos com associações indígenas, educadores e agentes ambientais indígenas e há mais de 20 anos possui um Centro de Treinamento e Pesquisa na cidade de Carolina (MA). O referido projeto será desenvolvido em parceria com o ISPN.

O Instituto Sociedade, População e Natureza-ISPAN, fundado em 1990, possui extensa



experiência com carteiras de pequenos projetos para comunidades e associações comunitárias, com destaque para o “PPP Ecos”, no âmbito do *Small Grants Programme* (SGP) do *Global Environment Facility* (GEF). No Estado do Maranhão, o ISPN apoiou a elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Territorial da TI Arariboia, e a partir de 2012 intensificou sua presença na região, com a execução do Plano Básico Ambiental das Terras Indígenas Caru e Rio Pindaré, relacionado à duplicação da Estrada de Ferro Carajás, bem como com apoio às associações indígenas das TIs Caru, Rio Pindaré, Alto Turiaçu e Awá, na execução de ações no âmbito do Termo de Cooperação e Compromisso entre a Vale S.A., associações indígenas e a Funai.

4_ Qualificações obrigatórias

- ❖ Experiência de trabalho na formação de comunicadores indígenas;
- ❖ Experiência com EAD (Educação à distância), preferencialmente com povos indígenas;
- ❖ Capacidade em abordagens pedagógicas, metodologias participativas e produção de materiais pedagógicos;
- ❖ Disponibilidade para realização de 1 módulo presencial no estado do Maranhão;
- ❖ Diligência no cumprimento das atividades e produtos;
- ❖ Disponibilidade para a realização de reuniões com a coordenação do projeto e núcleo de comunicação do CTI em Brasília (DF);
- ❖ Disponibilidade para contratação imediata.

5_ Qualificações desejáveis

- ❖ Experiência de trabalho com povos indígenas Timbira e Guajajara – Tenetehara.

6_ Funções

- Elaboração do programa de formação e conteúdo programático associado;
- Produção de materiais de apoio para o processo formativo;
- Elaboração de relatório de avaliação dos módulos formativos;
- Administração de plataforma online para os módulos à distância;
- Realizar monitoria virtual junto aos comunicadores indígenas para elaboração do trabalho final do curso – vídeos institucionais para as organizações indígenas;
- Realizar 1 módulo presencial no estado do Maranhão;



- Interlocução com a coordenação, equipe do projeto e núcleo de comunicação ao longo de todas as etapas do curso de formação com os comunicadores indígenas;
- Outros aspectos a serem trabalhados no âmbito desta consultoria e eventuais adequações poderão ser pactuados mediante acordo entre as partes.

7_ Vigência contratual e regime de trabalho

A remuneração será realizada, percentualmente, e mediante apresentação de Nota Fiscal válida, após a entrega e aprovação dos seguintes produtos:

Etapas	Porcentagem da renumeração
Assinatura do contrato	20%
Programa de Formação	30%
Relatório de Avaliação dos Módulos I e II	30%
Relatório de Avaliação dos Módulos III e IV	20%

8. Procedimentos para candidatura

- Envio de proposta comercial e portfólio da empresa proponente
- *OBS: Os custos para o módulo presencial ficarão a cargo da empresa selecionada e, portanto, devem estar incluídos na proposta comercial; com exceção dos custos de alimentação que ficarão a cargo do contratante.*
- Os documentos devem ser enviados para o e-mail selecaocti@trabalhoindigenista.org.br o título "TR 023/2022".
- Os (as) candidatos(as) que não enviarem todos os documentos obrigatórios mencionados terão suas candidaturas desclassificadas.



9. Prazos do processo seletivo

Envio dos documentos para candidatura	Até 30 de setembro de 2022
Entrevistas	4 e 5 de outubro de 2022
Divulgação do resultado final do processo seletivo	7 de outubro de 2022